

# Orcamento da União é de 8 trilhões



Sérgio Borges

**Abreu:** redução na despesa



Sérgio Borges

**Mailson:** lei de excesso

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A proposta de reformulação do Orçamento Geral da União (OGU) para este ano, que será submetida ao Congresso na primeira quinzena de junho, fixa receitas e despesas em Cz\$ 8 trilhões, com um acréscimo de Cz\$ 3,48 trilhões, acima da estimativa aprovada no final do ano passado, com base numa inflação projetada de 120%. Esse excesso de arrecadação considera uma projeção inflacionária de 600% neste ano.

Ao dar a informação, ontem, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, anunciou ter ocorrido uma redução de Cz\$ 367,8 bilhões na programação das despesas, o que corresponde a 0,75% do PIB. Considerando a economia orçamentária resultante da eliminação do subsídio ao trigo, essa economia se eleva a 0,9% do PIB, consistente com a meta de limitar o déficit operacional do setor público a 4% do PIB, conforme previamente negociado com o Fundo Monetário Internacional.

Na entrevista coletiva de ontem, os ministros do Planejamento e da Fazenda anunciaram a nova metodologia que a partir de agora

informará a elaboração dos orçamentos do País e foi adaptada à situação brasileira com a absorção da experiência israelense. Os principais grupos de despesas serão reajustados, no decorrer da execução orçamentária, em função dos seus respectivos indexadores, de tal forma que os ordenadores de despesas terão condições de projetá-las por praticamente todo o período, sendo que, no último trimestre, as eventuais distorções serão corrigidas com o envio, ao Congresso, de uma lei de excesso, para ajustar em definitivo receitas e despesas.

De acordo com a metodologia anunciada, as despesas de pessoal serão indexadas à URP; as do serviço da dívida e das contrapartidas de empréstimos externos à taxa de câmbio, cestas de moedas estrangeiras e Libor (Taxa Interbancária de Londres) de acordo com a vinculação original de cada operação; o serviço da dívida interna será indexado à OTN e o item outros custeios e capital ao IPC, desde que não ultrapasse a receita, excluídas as despesas com os demais grupos, observadas as metas do déficit público.

Segundo o ministro do Planejamento, as dotações de outros custeios e capital, legalmente vincula-

das à receita, evoluirão de acordo com a variação da mesma receita, ou ao IPC; enquanto os outros custeios ordinários, não vinculados, serão reajustados em função da evolução da receita, ou não o serão, de acordo com a realidade orçamentária que se apresentar.

Disse o ministro do Planejamento que, na fixação dos limites superiores de dispêndios da administração direta, os ministérios foram divididos em dois grupos, de acordo com o valor máximo do gasto programado: os ministérios com orçamentos até Cz\$ 9 bilhões tiveram corte de 11,95%, enquanto os ministérios com orçamento acima de Cz\$ 9 bilhões tiveram corte maior, de 19,4% incidindo sobre as propostas de dispêndios que encaixaram à SOF — Secretaria de Orçamento e Finanças. Esses cortes, ou essa menor programação de despesas, resultou em economia de Cz\$ 192,5 bilhões.

A economia seguinte foi feita nas dotações dos Encargos Gerais da União (EGU), que encurtaram Cz\$ 304,2 bilhões. Contudo, foram excluídos dos cortes despesas correspondentes a programas na área social, como a distribuição gratuita de leite às crianças carentes, o segu-

ro-desemprego, o desenvolvimento regional, os programas de desenvolvimento comunitário e os projetos de apoio à infra-estrutura social, reduzindo-se o ganho líquido com os cortes nos EGU a Cz\$ 175,3 bilhões, neste valor já considerados os Cz\$ 47 bilhões da reserva de contingência. Com a soma desses Cz\$ 175,3 bilhões aos Cz\$ 192,5 bilhões economizados nas despesas dos diversos ministérios, chega-se à economia total de Cz\$ 367,8 bilhões mencionada pelos ministros. O programa do leite ficará com Cz\$ 70 bilhões e o seguro-desemprego com Cz\$ 14,5 bilhões.

Os valores foram calculados a preços médios de junho deste ano. Assim definidos pela Secretaria de Orçamento e Finanças: a absorção da taxa inflacionária efetiva dos meses de janeiro a abril e a projeção da inflação nos meses de maio (18%) e de junho (17,9%). Para efeito de definir os gastos com pessoal a data-base de reajuste dos funcionários públicos foi fixada em janeiro e a das estatais em março.

A íntegra da metodologia do orçamento da União encontra-se na página 39